PROJETOS EDUCATIVOS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ZILDA ARAÚJO DA SILVA DIAS

RESUMO: O objetivo geral do trabalho é analisar a proposta de projetos educativos para educação inclusiva. Antes do paradigma da Educação Inclusiva, eram os princípios da visão tradicional que regiam e balizavam a educação. Em outras palavras, aqueles que não se adaptassem ao meio (ou seja, à escola e todas suas atividades) eram encaminhados às classes ou às escolas especiais ou acabavam desistindo de estudar e não passavam pelo processo de escolarização. Era como se a sala de aula fosse considerada homogênea. Em um primeiro momento, é discutido a noção atual e emergente da inclusão buscando entendê-la como um processo datado advindo dos muitos movimentos sociais, econômicos e culturais produzidos na história. O processo de inclusão requer o envolvimento da escola, família e comunidade em um repensar de papéis, principalmente do professor, que se torna bem mais amplo, indo além da construção de saberes. Uma das grandes contribuições da pedagogia de projetos é a sua dimensão social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Inclusão. Projetos.

ABSTRACT: The general objective of the work is to analyze the proposal of educational projects for inclusive education. before the Inclusive Education paradigm, it was the principles of the traditional view that governed and guided education. In other words, those who did not adapt to the environment (that is, to the school and all its activities) were sent to special classes or schools or ended up giving up studying and not going through the schooling process. It was as if the classroom was considered homogeneous. At first, the current and emerging notion of inclusion is discussed, seeking to understand it as a dated process arising from the many social, economic and cultural movements produced in history. The inclusion process requires the involvement of the school, family and community in a rethinking of roles, especially of the teacher, which becomes much broader, going beyond the construction of knowledge. One of the great contributions of project pedagogy is its social dimension.

KEYWORDS: Education. Inclusion. Projects.

INTRODUÇÃO

Todos dentro da educação precisam em projetos focados na aprendizagem dos alunos, focados em potencialidades para o desenvolvimento humano e relação social. “Uma das grandes contribuições da pedagogia de projetos é a sua dimensão social. Aprendem os alunos, os professores, os funcionários, os pais, as instituições, a sociedade, isto é, toda a comunidade troca informações, cria conhecimentos comuns, formula perguntas e realiza ações. Trabalhar com projetos é criar uma escola como uma instituição aberta, onde os sujeitos aprendem uns com os outros e onde as investigações sobre o emergente têm um papel fundamental” (BARBOSA; HORN; 2008).

A justificativa do trabalho é que trabalhar com a inclusão não é um trabalho homogêneo, mas cada aluno tem sua particularidade de aprendizagem. Deste modo, é “preciso transformar a escola em uma comunidade de investigação e de aprendizagens. Um espaço onde há invenção e descoberta por toda a parte, estimulando o pensamento renova- do em todas as áreas. O percurso de construção de um projeto não é apenas uma forma, mas também é conteúdo de aprendizagem, de solidariedade, de argumentação, de negociação, de trabalho coletivo, de escolhas” (BARBOSA; HORN; 2008).

O objetivo geral do trabalho é analisar a proposta de projetos educativos para educação inclusiva e objetivos específicos são: analisar paradigmas da educação inclusiva; verificar a escola inclusiva com a pedagogia centrada no aluno e verificar a proposta de projetos educativos para educação inclusiva.

A metodologia do trabalho é a pesquisa bibliográfica qualitativa, sendo analisado em livros, artigos e revistas.

A pedagogia de projetos oferece aos professores a possibilidade de reinventar o seu profissionalismo, de sair da queixa, da sobrecarga de trabalho, do isolamento, da fragmentação de esforços para criar um espaço de trabalho cooperativo, criativo e participativo (BARBOSA; HORN; 2008).

DESENVOLVIMENTO

PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo Lopes et al (2018) a educação brasileira passa por uma grande transformação: a inclusão. Incluir não é apenas permitir que o aluno com necessidades especiais frequente a escola, como também prepará-la fisicamente (espaço físico, materiais, etc.) para que ele possa ter acesso e repensar o paradigma educacional vigente.

O professor tem um papel fundamental nesse processo, o qual ocorre tanto na sala de aula regular como no ambiente de atendi-

mento educacional especializado (AEE), pois ele medeia as relações do estudante. Embora existam leis em vigor que garantam o acesso à educação do aluno com necessidades especiais, pesquisas mostram que ainda há diversas dificuldades a serem superadas (LOPES et al, 2018).

A inclusão não significa simplesmente ter um aluno especial matriculado no sistema regular de ensino e frequentar uma classe regular, trata-se de dar condições para ele estar lá, atendendo à sua necessidade específica por meio do preparo da escola e do suporte pedagógico ao professor, bem como envolver a qualificação profissional de todos focando em um novo paradigma (LOPES et al, 2018, p. 106).

Esse novo paradigma rompe com a visão das escolas especiais e tradicionais, no qual a pessoa com necessidades especiais é detentora de direitos, pode aprender e deve ser inserida na sociedade, por isso, não se preza mais a homogeneidade das classes regulares, que têm a primazia da transmissão do conhecimento com avaliações classificatórias (LOPES et al, 2018).

A Educação Inclusiva é mais ampla e, dessa forma, não se restringe apenas às pessoas com deficiência, como muitos pensam. Ela se estende à inclusão das pessoas que sofreram com a marginalização e a exclusão da sociedade, como índios, negros, pessoas com deficiência, entre outros. Relaciona-se ao contexto da diversidade, de uma sociedade para todos (ALIAS, 2016).

Segundo Alias (2016) antes do paradigma da Educação Inclusiva, eram os princípios da visão tradicional que regiam e balizavam a educação. Em outras palavras, aqueles que não se adaptassem ao meio (ou seja, à escola e todas suas atividades) eram encaminhados às classes ou às escolas especiais ou acabavam desistindo de estudar e não passavam pelo processo de escolarização. Era como se a sala de aula fosse considerada homogênea.

A Declaração de Salamanca trouxe à tona a importância do direito de todos à educação, o que já havia sido abordado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e na Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em 1990, também em contexto internacional. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a escola é que deveria se adequar para receber os alunos, independentemente das características deles. Esta é, então, a diferença entre a integração e a inclusão: agora, a escola precisa se adequar para receber o estudante, já que a educação é direito fundamental (ALIAS, 2016, p. 17).

Todos, sem exceção, deveriam aprender da mesma forma, fazer as mesmas atividades, ser avaliados com os mesmos instrumentos. Já no paradigma da Educação Inclusiva, o princípio básico é considerar que cada aluno é diferente: já que a sala é heterogênea, cabe ao professor buscar formas de garantir que o aluno aprenda, não sozinho, mas em parceria com os outros atores escolares, com a família e até mesmo com a comunidade (ALIAS, 2016).

Nessa perspectiva, foi necessário mudar alguns procedimentos até então adotados: os sistemas educacionais passaram a ter que ser inclusivos – não somente as salas de aula foram repensadas e reorganizadas, mas também as escolas e classes especiais, objetivando atender dois princípios básicos da Educação Inclusiva: a educação de qualidade como direito fundamental e a necessidade do meio (no caso, a escola) se adequar para receber o seu alunado, independente das suas características (ALIAS, 2016, p. 20).

Conforme Brasil (2006) a inclusão escolar, enquanto paradigma educacional tem como objetivo a construção de uma escola acolhedora, onde não existam critérios ou exigências de natureza alguma, nem mecanismos de seleção ou discriminação para o acesso e a permanência com sucesso de todos os alunos, requerendo um processo de ressignificação de concepções e práticas, nos quais os educadores passem a compreender a diferença humana em sua complexidade.

Assim, conforme Brasil (2006) é uma compreensão não mais com um caráter fixo e um lugar: preponderantemente no outro, mas entendendo que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas e estão em todos e em cada um, ao mesmo tempo, contribuindo para transformar a realidade histórica de segregação escolar e social das pessoas com deficiência, tornando efetivo o direito de todos à educação.

A escola inclusiva, numa dinâmica promissora, busca a reorientação curricular, propondo uma nova forma de abordar os conteúdos curriculares no cotidiano escolar. O planejamento curricular coletivo pode acontecer por áreas, ciclos ou assuntos de interesse comum. Esta ação da escola desloca o enfoque das sequências lógicas, hierarquização de conhecimentos, ordenamento e grades horárias, passando para um novo entendimento do currículo e sua função. Tal concepção propõe a revisão dos conteúdos e suas prioridades, objetivos, temporalidade, considerando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. (BRASIL, 2006, p. 21).

Ao passo que, conforme Brasil (2006), deve-se flexibilizar o currículo para organizar as modalidades adaptativas (metodologias, avaliação, temporalidade) conforme as necessidades pedagógicas do aluno para que se dê o acesso à aprendizagem, bem como das possibilidades e barreiras para aprendizagem deste público-alvo.

Lopes e Fabris (2013) considera que de uma forma crescente a inclusão tem sido potencializada visando, entre outras conquistas,

minimizar os prejuízos e as inúmeras exclusões geradas pelas práticas que exploraram e discriminaram segmentos da população ao longo da história.

Deste modo, ao mostrar que a inclusão, ao ocupar o status de imperativo de Estado e tornar-se uma das estratégias contemporâneas mais potentes para que o ideal da universalização dos direitos individuais seja visto como uma possibilidade de se inserir dentro da grade de inteligibilidade que promove, entre outras coisas, a ampla circulação das pessoas, os fluxos internos nos organismos de Estado, a diversidade, a diferenciação entre coisas comparáveis e visíveis (LOPES; FABRIS, 2013).

A inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças que desejam matricular-se em sua localidade, em vez de esperar que uma determinada criança com necessidades especiais se ajuste à escola (integração). De acordo com a declaração de Salamanca sobre necessidades educacionais especiais, "aquelas que possuem necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola normal, a qual deve acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança capaz de atender as suas necessidades" (Unesco, 1995 Apud PACHECO, 2007).

Os currículos de escolas inclusivas são caracterizados por sua habilidade de incorporar conteúdos que promovem o desenvolvimento de habilidades sociais, além do conteúdo acadêmico. Parece que a dinâmica de uma escola inclusiva requer a constante promoção dessas habilidades (PACHECO, 2007).

Em um primeiro momento, é discutido a noção atual e emergente da inclusão buscando entendê-la como um processo datado advindo dos muitos movimentos sociais, econômicos e culturais produzidos na história da Modernidade (LOPES; FABRIS, 2013).

A palavra inclusão aparece na Academia dos Singulares de Lisboa em 1665. Etimologicamente a palavra vem do latim inclusĭo,-ōnis – encerramento, prisão. Os seus usos, assim como da palavra exclusão, foram sendo ressignificados até os dias atuais. A palavra incluir, conforme o dicionário Houaiss, tem 4 acepções: (1) verbo: encerrar, pôr dentro de; fazer consta dê; juntar (-se) a; inserir(--se), introduzir(-se). (2) fazer figurar ou fazer parte de um certo grupo, uma certa categoria de pessoas; pôr. (3) conter em si; compreender, conter, abranger; (4) trazer em si; dar origem a; implicar, envolver, importar. (LOPES; FABRIS, 2013, p. 68).

Assim, os autores colocam que a inclusão traz consigo um novo paradigma que está sustentado no princípio da "educação para todos". Partem do princípio de que todos devem ter acesso, desde o princípio, à educação e à vida social.

ESCOLA INCLUSIVA COM A PEDAGOGIA CENTRADA NO ALUNO

Lopes et al (2018) o processo de inclusão abrange todos os níveis de ensino, da educação infantil à universidade, e traz uma profunda mudança de paradigma na educação, no qual é derrubado a primazia ou a hegemonia do saber acadêmico e da homogeneidade do corpo discente. Nesse novo contexto, os papéis do professor, da escola e da família, principalmente do primeiro, que está em contato direto com os alunos, são repensados.

O processo de inclusão requer o envolvimento da escola, família e comunidade em um repensar de papéis, principalmente do professor, que se torna bem mais amplo, indo além da construção de saberes. É ele quem receberá e estará em contato direto com o aluno com necessidades especiais em classe, sendo um mediador com diversas interfaces nas relações em sala de aula, escola e trabalho pedagógico, bem como nas relações com a família e a comunidade (LOPES et al, 2018).

O aluno com deficiência precisa de ações pedagógicas diferenciadas, e cabe à escola organizar o espaço físico e os materiais pedagógicos, respeitando as capacidades e habilidades motoras. Já o papel do professor é observar as especificidades do estudante e atuar a partir da sua experiência e criatividade (LOPES et al, 2018, p. 115).

Historicamente, o processo avaliativo escolar busca padronizar e classificar aquele que se desvia da norma e não aprende. Na escola inclusiva, esse modelo é repensado para capturar distintas nuances em relação aos processos de ensino e de aprendizagem. Nessas diferentes formas de avaliar, o professor é desafiado a ampliar suas formas de conduzir e a investigar sua turma para rever os procedimentos utilizados e replanejar seu trabalho (LOPES et al, 2018).

Nesse sentido, é necessário que o professor conheça a sua turma e saiba identificar os alunos que tenham necessidades educacionais especiais e que necessitem de um atendimento educacional especializado. Isso porque é a partir dessa análise inicial que o professor saberá quais alunos necessitam de uma avaliação diferenciada (LOPES et al, 2018).

É importante valorizar as potencialidades de cada um e as diversas formas de expressão da aprendizagem, respeitando os limites individuais. O processo avaliativo pode permitir ou não a participação de partes externas, as quais ajudam a ampliar a visão do trabalho realizado, principalmente, ao se considerar os especialistas envolvidos nas necessidades especiais do aluno em questão (LOPES et al, 2018).

A avaliação deve ser entendida como um processo bidirecional que avalia não somente os alunos, como também os elementos inerentes ao processo de ensino e de aprendizagem (didática do professor, metodologia de aula, organização dos conteúdos, síntese e planejamento) com o intuito de acompanhá-lo. Ao mesmo tempo em que se deve conhecer mais particularmente as necessidades dos alunos, não se pode esquecer o referencial pedagógico que se refere à proposta curricular da série na qual eles estão inseridos, pois os estudantes com necessidades educacionais especiais também precisam ser avaliados (LOPES et al, 2018, p. 123).

Assim, para que aconteça um processo de aprendizagem no indivíduo, seja ele adulto, criança ou idoso, acontece toda uma influência social em geral, e cultural em particular, expressas fundamentalmente pelo processo educativo que atua sobre cada membro dessa sociedade (sociedade ou cultura) (BARRETO; BARRETO, 2014).

Essa influência é exercida principalmente através da família e da escola, e em menor proporção de outros grupos, como a mídia em geral, tecnologias em geral, incluído redes sociais, ou diferentes instituições públicas e privadas, enfim, de tudo o que é produzido pelo conjunto de seres humanos em interação, circunscritos em sociedade (BARRETO; BARRETO, 2014).

Assim, a inclusão concentra-se na busca pelo acesso a quatro utopias básicas: autonomia de renda (capacidade do indivíduo de suprir suas necessidades vitais, culturais e sociais), desenvolvimento humano (condição dos indivíduos em sociedade de desenvolverem suas capacidades intelectuais e biológicas de forma a atingir o maior grau de capacidade humana possível), equidade (garantia de igualdade de direitos e oportunidades respeitando a diversidade humana) e qualidade de vida (a democratização dos acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente e a redução da degradação ambiental). Para tanto, é necessária uma redistribuição da riqueza social e tecnológica para os cidadãos, o que leva ao conceito de Inclusão Digital (BARRETO; BARRETO, 2014).

Como o desenvolvimento infantil, que é um processo que se inicia na concepção, envolvendo vários aspectos, que vão desde o crescimento físico, passando pela maturação neurológica, comportamental, cognitiva, social e afetiva da criança. Tem como produto tornar a criança competente para responder as suas necessidades e às do seu meio, considerando seu contexto de vida (BARRETO; BARRETO, 2014).

As técnicas de incentivo que buscam os motivos para o aluno se tomar motivado proporcionam uma aula mais efetiva por parte do docente, pois ensinar está relacionado a comunicação. No entanto, o ato de ensinar efetivamente está na capacidade do educando de decodificar a mensagem recebida. O ensino só tem sentido quando implica a aprendizagem. E conhecer como o professor ensina é importante para o ato pedagógico se desenvolver. Contudo, entender como o aluno aprende é fundamental. Somente assim o processo educativo poderá acontecer e o aluno conseguirá aprender a pensar, a sentir, a agir (BARRETO; BARRETO, 2014, p. 37).

´ importante lembrar que a escola inclusiva preconiza a pedagogia centrada no aluno e não no professor ou conteúdo. Em outras palavras, na escola inclusiva, o estudante deve ter papel ativo no processo de aprendizagem. Nessa configuração, o ensino não é pautado na transmissão de conhecimentos e na figura do professor como detentor de todo o conhecimento (ALIAS, 2016).

A inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos (BARRETO; BARRETO, 2014).

PROJETOS EDUCATIVOS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Desta forma, para atingir o objetivo, conforme Coll, Marchesi e Palacios (2004), a escola deve ter o equilíbrio de forma educativa, de forma compreensiva e diversificada, proporcionando uma cultura comum a todos os alunos, evitando a discriminação e a desigualdade de oportunidades e respeitando ao mesmo tempo, as características e necessidades individuais.

Existem necessidades educativas comuns compartilhadas por todos os alunos, relacionadas às aprendizagens essenciais para o seu desenvolvimento pessoal e sua socialização, que se expressam no currículo escolar. Nem todos alunos, porém, enfrentam com a mesma bagagem e da mesma forma as aprendizagens estabelecidas nele, visto que têm capacidades, interesses, ritmos, motivações e experiências diferentes que medeiam seu processo de aprendizagem (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004, p. 290).

Para Pacheco (2007) Para atender às diferentes necessidades, o currículo e as atividades em sala de aula devem ser dirigidos a todos alunos na sala de aula comum. Nessa questão, precisa haver um acordo unânime. A partir desse ponto de vista, as adaptações curriculares que são feitas através de planos individuais precisarão empenhar-se para garantir o grau mais alto possível de participação em sala de aula.

Quanto a planos individuais, é necessário distinguir a redação desses de sua implementação. Ao colocar a teoria em prática,

o que as escolas inclusivas parecem questionar é a atenção individual dada ao aluno afastado do resto da turma, e não a criação de um plano individual por si só. Os professores precisam ter cuidado para que planos individuais ou pessoas não se tornem instrumentos de segregação (PACHECO, 2007).

A escola é responsável pelo planejamento e pelas decisões curriculares em estreita colaboração com as famílias. Os especialistas, que no passado eram, enfim, responsáveis por criar planos individuais, agora assumem principalmente o papel de assessores e consultores em relação a certos aspectos (PACHECO, 2007, p. 35).

Os professores precisaram ser proativos, planejando a sala de aula, ou seja, os espaços de aprendizagem, fornecendo materiais, arranjando o equipamento e os assentos, garantindo uma interação face a face, etc (PACHECO, 2007).

As dificuldades são muitas quando consideradas que, para a inclusão social e escolar acontecer, é necessário também intervenção em curto prazo nas diferentes instâncias da comunidade na qual a vida do sujeito está inserida, sendo necessário criar condições de acesso aos espaços comuns da vida cotidiana de uma comunidade. Para isso ocorrer, é preciso a participação de todos, notadamente daqueles que trabalham para a universalização do acesso e da garantia de permanência, bem como a melhoria da qualidade do ensino como um todo.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas. (BRASIL, 2014, p. 1).

Nesse contexto, a adaptação curricular refere-se ao ajuste da pré-lição dos objetivos de estudo, do material, dos métodos e do ambiente em sala de aula, de modo que ela possa atender às necessidades dos alunos. Isso relacionava-se a métodos de ensino, escolha de situações como trabalho individual, trabalho em pares, trabalho em grupos ou ensino para a turma toda. Essas adaptações podem ou não ser visíveis para um visitante (PACHECO, 2007).

Desta forma, conforme Brasil (2013) o Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola tem como finalidade delinear a intencionalidade das ações a serem implementadas na escola, pois tem uma relação direta com as atividades curriculares previstas, bem como com as produções a serem realizadas e com a implementação deste projeto na escola, sendo fundamental que este apresente uma relação intrínseca entre o objeto de investigação do professor decorrente da realidade escolar e a proposição de intervenção.

Logo, conforme Brasil (2013) o Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola pressupõe a intervenção na realidade proporcionada por uma pesquisa, tratando-se de uma elaboração a ser feita que deve contemplar subsídios teóricos para a discussão da problemática anunciada, apontar para uma possibilidade de produção didático pedagógica a ser utilizada como uma das estratégias de implementação na escola.

O caminho para práticas pedagógicas inovadoras e não excludentes não é o focar nas inabilidades, nos déficits, naquilo que os alunos não sabem fazer, tão pouco direcionar a expressão dos ser. Distintamente, é olhar para o aprendiz e compreendê-lo como um sujeito que aprende e promover concisões para que ele se expresse a sua maneira. O foco também não é que ele aprenda necessariamente conteúdos curriculares impostos, mas sim proporcionar espaços e momentos de aprendizagem a partir de seus interesses, levando em conta que seus interesses também podem ser os mesmos interesses de seus outros colegas sem autismo. (ORRU, 2016, p. 167).

De acordo com a autora, trabalhar com projetos com "eixos de interesse" permite o conhecimento e do potencial e das habilidades do aprendiz, refenderá o

"ponto ótimo" e trará´ possibilidades e também se identificar e planejar estratégias de desenvolvimento de outras habilidades ainda não desenvolvidas.

Trabalhar por eixos de interesse, segundo a autora, como ponto de partida principal, é valorizar o aprendiz e mostrar o que ele é capaz de fazer, respeitando as limitações e promovê-lo a uma etapa mais complexa, integrando novos saberes relacionados ao eixo de interesse, valorizando formas de expressão, sentimentos, pensamento, desejo, preferência, habilidade, dificuldade, descoberta.

Os processos de inclusão estão em toda parte, no qual fala-se em inclusão digital, social, habitacional, econômica, comunicacional, política, entre outras formas de inclusão. Nas três últimas décadas, a inclusão se transformou em um dos discursos mais atuais e discutidos. Entre as várias áreas em que têm sido experimentados projetos de inclusão destaca-se a dificuldade presente no campo educacional (CIRINO, 2016).

Assim, segundo Mosqueira (2012), a polêmica não está na capacitação dos professores para o ensino inclusivo, mas a principal

questão da educação especial na perspectiva inclusiva é saber como a criança cega e/ou com outra deficiência inicia o processo de alfabetização, quais suas condições psicomotoras, afetivas e sociais. O maior problema do professor da escola regular é não saber reeducar uma criança que possui séries de limitações.

A formação, de acordo com Diniz (2012) não é algo meramente procedente ao fazer pedagógico, ela vai acontecer nos cursos de formação e de licenciatura, mas somente no próprio trabalho que ela se configura, é onde o profissional cria formas definitivas. "A configuração do(a) profissional da educação se dá, portanto, em seu cotidiano. Com base nos conflitos que vivencia em sua prática diária é que o(a) professor(a) elabora e reelabora teorias, constrói novos saberes, novos saberfazer." (DINIZ, 2012, p. 28).

A inclusão, conforme Martinez e Tacca (2011) não vai acontecer por uma transformação do olhar humano, levado para uma evolução da consciência, pelas habilidades desenvolvidas, pelos recursos tecnológicos que teve acesso e poder enxergar no outro a sua semelhança, sustentando uma exclusão e criando barreiras.

De acordo com Santos (2016) o projeto apresenta uma lógica própria, pois trata-se de uma representação que une uma ideia, uma realização, com ação e adaptação aos meios dessa ação, atribuindo-lhe um valor, nos quais a meta do pedagogo é projetar, colocando como objetivo a organização e os reconhecimentos das metas a serem perseguidas. "O projeto tem uma dimensão estratégica de adaptar os meios e os objetivos de um ensino e de uma vida escolar ao ambiente social, educativo e humano." (SANTOS, 2016, p. 169).

A ação do projeto pressupõe uma construção coletiva que se dá conforme a realidade do estabelecimento, da escola (ou de seu entorno), sendo tal agrupamento um dos papéis do projeto político pedagógico. Os diferentes projetos se articulam e se organizam com coerência: projeto educativo (escola, bairro) projeto do estabelecimento, projeto de ação educativa, projeto pedagógico e projeto do aluno. (SANTOS, 2016, p. 169).

De acordo com Santos (2016), que atua com a mudança pedagógica não significa somente promover uma autoaprendizagem dos seus alunos fora da sala de aula, mas é preciso estimular que eles vivam novas experiências e descubram suas habilidades e competências fora do âmbito escolar, desta forma, o educador deve estar ciente do seu papel de agente de transformação e multiplicador de valores.

Farago (2013) então questiona, como as pesquisa vêm apontando a gravidade causada pela carência de conhecimento de matéria pelo professor, transformando-o em um transmissor mecânico dos conteúdos dos livros didáticos, com uma metodologia enfatizando a necessidade de exercícios repetidos para garantir a memorização de conteúdo, neste caso, o relacionamento professor-aluno é hierárquico e autoritário, o aluno é passivo no processo de ensino-aprendizagem e o enfoque didático está nos conteúdos, assim a disciplina é utilizada como forma de garantir a atenção, o silêncio e a ordem.

Para que os alunos avancem na construção de seus conhecimentos a intervenção pedagógica do professor durante a realização das situações didáticas é extremamente relevante ". (FARAGO, 2013, p. 30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos de intervenção não são focados em uma única aprendizagem, mas aprendizagens que pode qualificar todas as crianças, aprimorar os conhecimentos já adquiridos e construir novos conhecimentos.

Porém, os projetos não devem ser focados as dificuldades da criança, mas as potências que a criança já tem.

Desta forma, o educador deve buscar aprimoramentos específicos de projetos pedagógicos e ajustar projetos voltados para educação especial. Garantir a criança em sala de aula não é assegurar o seu aprendizado. O aprendizado está na maneira de como serão conduzidos o tratamento com a criança autista, como serão criadas formas de possibilidades, criando novos conhecimentos.

Ficou exposto que a inclusão tem como objetivo central a valorização das diferenças e socialização, reconhecimento do potencial e desenvolvimento, devendo além da inclusão escolar, transformar as potencialidades para inclusão social.

Trabalhar com projeto educacional inclusivo oferece um processo multifacetado e contínuo que ajuda a modernizar a escola como um sistema, atitudes, gestão, práticas de ensino-aprendizagem e desenvolvimento.

A Pedagogia Inclusiva é uma abordagem de ensino centrada no aluno que envolve a projetos e posicionamentos que todos os alunos trazem para a sala de aula.

Uma escola inclusiva é um ambiente plural, onde crianças e adolescentes aprenderão que as diferenças devem ser respeitadas e celebradas. Ensino personalizado, adaptado às necessidades específicas de cada aluno. Oportunidades académicas e profissionais mais igualitárias para pessoas atípicas, ou com algum tipo de deficiência ou dificuldade de aprendizagem. Desenvolvimento de uma sociedade mais respeitosa, consciente e acolhedora.

Qualquer outro tipo de deficiência,

as escolas precisam desenvolver um projeto pedagógico adaptado às necessidades específicas dos alunos com deficiência, bem como outros serviços e adaptações cabíveis, para atender às necessidades dos alunos.

As escolas devem garantir o seu pleno acesso ao currículo, em igualdade de condições , aos jogos e atividades lúdicas, desportivas e de lazer, no sistema escolar, promovendo a conquista e exercício da sua autonomia. A criança autista não pode ser excluída de nenhuma atividade praticada no ambiente escolar.

O professor deve acompanhar o desenvolvimento geral da sala, sendo então possível criar um plano de ensino eficiente e inclusivo a partir do entendimento das necessidades específicas de cada aluno. Para isso, os professores precisam investir tempo conhecendo seus alunos, conversando com seus familiares e criando projetos para construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIAS, Gabriela. Desenvolvimento da aprendizagem na Educação Especial:

Princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Inclusiva [recurso eletrônico]. São Paulo, SP : Cengage, 2016.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Projetos pedagógicos na educação infantil [recurso eletrô nico]. Dados eletrô nicos. – Porto Alegre : Artmed, 2008

BARRETO, Maria Ângela de Oliveira Champion; BARRETO, Flávia de Oliveira

Champion. Educação inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. 1. ed. -- São Paulo : Erica, 2014.

BRASIL. Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola. aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz. 3a ed. Brasília:

FUNDESCOLA/ DIPRO/FNDE/MEC, 2006.

BRASIL. Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SECADI, 2014.

CIRINO, Giovanni. A inclusão social na área educacional. Cengage Learning. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DINIZ, Margareth. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FARAGO, Alessandra Corrêa. Didática. Batatais, SP: Claretiano, 2013.

SANTOS, Susana. Introdução a pedagogia. São Paulo: Pearson Education do

Brasil, 2016.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. Inclusão & Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção Temas & Educação)

LOPES, Joseuda Borges Castro Lopes... [et al.]. Educação inclusiva [recurso eletrônico] / ; [revisão técnica: Carolina Bastos Capaverde]. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. TACCA, Maria Carmen Villela Rosa.

POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM: Ações Pedagógicas para alunos com dificuldade e Deficiência. Campinas, SP: Alínea, 2011.

MOSQUEIRA, Carlos Fernando França. Deficiência visual na escola inclusiva. Curitiba: Ibpex, 2010.

ORRU, Sílvia Ester. Aprendizes com autismo: aprendizagens por eixos de interesse em espaços não excludentes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016

PACHECO, José. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar; tradução Gisele Klein. Dados eletrô nicos. – Porto Alegre : Artmed, 2007